



**FCE**

| Fórum de Competitividade  
das Exportações

**Programa de Trabalho 2018 - 2019**



*Confederação Nacional da Indústria*

**CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA**



## Tributação no comércio exterior

### Reintegra

Atuar junto ao governo para retomar a alíquota de 2% em 2018 e assegurar a manutenção do Regime para os próximos anos, com alíquota de 3%.

### Desoneração de serviços nas exportações de bens

Realizar diagnóstico para elaborar proposta de mecanismo que possibilite a desoneração de serviços importados que serão utilizados na industrialização de produtos a serem exportados.

### Ressarcimento de créditos de exportação

Atuar junto aos poderes Executivo e Legislativo para:

1. Ampliar as possibilidades de compensação de créditos federais com débitos previdenciários.
2. Eliminar as restrições de compensação e restituição de créditos acumulados ICMS por exportadores.

### Tributação na importação de serviços

Atuar junto ao governo para:

1. Edição de norma legal por parte da RFB, declarando que a base de cálculo da CIDE-Remessas ao exterior é o valor efetivamente remetido ao exterior a título de pagamento pela importação dos serviços;
2. Alterar a base de cálculo de PIS/COFINS-Importação, determinando que seja o valor efetivamente remetido ao exterior a título de pagamento pela importação dos serviços; e
3. Estabelecer novos critérios de dedutibilidade das despesas incorridas na importação de serviços que implicam transferência de tecnologia.



## Tributação na exportação de serviços

Atuar junto ao Executivo e Legislativo para aperfeiçoar as normas que possibilitam a desoneração de ISS sobre as exportações de serviços, especificamente a LC 116/2003, que visa otimizar o conceito de exportação de serviços.



## Custos de capatazia na base de cálculo do Imposto de Importação

Atuar com a RFB para alteração da IN 327/2003 para retirar a inclusão dos custos de capatazia na composição do valor aduaneiro das mercadorias.



## Regimes especiais de incentivo às exportações (Drawback e Recof/Recof-Sped)

Atuar junto ao governo para:

1. Permitir que a isenção do ICMS seja possível em todas as modalidades de Drawback e no Recof/Recof-Sped a todos os estados;
2. Implementar o Drawback Contínuo;
3. Eliminar a exigência de valor mínimo de exportação de US\$ 5 milhões no Recof-Sped;
4. Permitir que os fabricantes intermediários sejam beneficiados pelo Recof/Recof-Sped; e
5. Eliminar a obrigatoriedade de apresentação do Bloco K no Recof-Sped até o fim do prazo da sua implementação.



## Acessão do Brasil à OCDE

Acompanhar temas tributários no processo de acessão, prioritariamente a harmonização das regras brasileiras de Preços de Transferências com as regras da OCDE.



# Facilitação e desburocratização do comércio exterior

## Portal Único de Comércio Exterior

Atuar junto ao governo para:

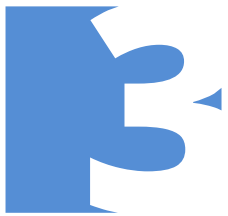
1. Acelerar a incorporação de processos mais eficientes e harmonizados e assegurar a plena integração dos órgãos anuentes ao Programa;
2. Promover o aperfeiçoamento e desenvolvimento do Programa Porto Sem Papel para conexão ao Programa Portal Único de Comércio Exterior e alcance global de um modelo integrado de gestão aduaneira;
3. Desenvolver e implantar, no âmbito do Portal, um sistema de arrecadação centralizado de impostos, taxas, encargos e contribuições exigidos no comércio exterior brasileiro.



## Programa Operador Econômico Autorizado (OEA)

Atuar junto ao governo para:

1. Instituir ato normativo em cada órgão anuente para promover a integração de seus controles de comércio exterior à dinâmica de gestão de riscos do Programa OEA;
2. Incentivar a negociação de Acordos de Reconhecimento Mútuo com parceiros prioritários (Mercosul, EUA, UE, China, México e Japão)



## Fiscalização de embalagens de madeira

Atuar junto ao governo para:

1. Regulamentar os procedimentos para destruição das embalagens de madeira "não conformes";
2. Simplificar e padronizar o tratamento em todas as unidades fiscais e agilizar a liberação da mercadoria para os casos de embalagens de madeira direcionadas ao tratamento fitossanitário ou à devolução ao exterior.



## Encargos e taxas dos órgãos anuentes

Atuar junto ao governo para eliminar as distorções jurídicas existentes nas taxas e encargos exigidos no comércio exterior brasileiro, conforme recomendações do estudo elaborado pela CNI e pelo FCE "Os custos e encargos dos órgãos anuentes no comércio exterior brasileiro"



## Consolidação das normas infralegais de comércio exterior e revisão do regime de licenciamento das importações e exportações brasileiras

Atuar junto ao governo para:

1. Atualizar e consolidar as principais normas e regimentos infralegais de cada um dos órgãos anuentes do comércio exterior;
2. Aperfeiçoar o regime de licenciamento junto aos órgãos anuentes do comércio exterior brasileiro.



# Logística e infraestrutura do comércio exterior



## Mapeamento de taxas, encargos e tarifas portuárias

Atuar junto à ANTAQ para publicação de resolução com o mapeamento e a uniformização da terminologia das tarifas e taxas portuárias de contêineres aplicadas nos terminais portuários no Brasil.



## Tarifa de escaneamento de contêineres

Atuar para eliminação da cobrança de tarifa por inspeções não invasivas (escaneamento) de contêineres pelos terminais portuários brasileiros nas operações de importação e exportação.



## Omissões de escala

1. Atuar no âmbito do convênio técnico CNI-ANTAQ pelo levantamento de estatísticas das omissões de escala no Brasil;
2. Acompanhar e fomentar a aplicação da RN ANTAQ nº 18/2017, visando a regulação e fiscalização eficaz das atividades dos armadores nacionais e estrangeiros.



## Denúncia do acordo de reserva de carga e transporte marítimo

1. Chile: Defender a publicação de documento legalmente vinculante que assegure a não renovação do acordo a partir de 2020, conforme decidido na 112ª Reunião de Ministros da Camex.
2. Argentina e Uruguai: Atuar junto ao governo para denunciar o acordo



## Transferência ao setor privado das administrações portuárias públicas

Defender a Transferência ao setor privado das administrações portuárias públicas (Cias. Docas e concessionárias estaduais e municipais).



# Financiamento e garantias às exportações



## **Funding da participação governamental no financiamento à exportação**

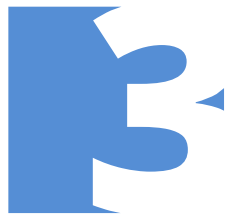
Atuar junto ao Poder Executivo para:

1. Garantir comprometimento com os recursos do Proex e flexibilizar a movimentação de recursos orçamentários dentro do programa; e
2. Retomar a captação de recursos no exterior pelo BNDES.



## **Arcabouço institucional e governança das agências governamentais**

1. Criar uma subsidiária do BNDES que concentre todas as atividades de financiamento à exportação;
2. Reformular a governança do Proex; e
3. Concentrar todas as atividades de seguro de crédito na ABGF.



## Desenho dos instrumentos utilizados e gestão operacional das instituições

Atuar junto ao Poder Executivo, ao BNDES e à ABGF para:

1. Revisar o portfólio de produtos do BNDES e captar novos clientes e agentes comerciais;
2. Revisar o processo de solicitação de financiamento ao BNDES;
3. Revisar o índice de nacionalização do BNDES exim;
4. Ampliar o portfólio de produtos da ABGF;
5. Promover parcerias entre ABGF e ACEs de outros países;
6. Expandir as operações da ABGF com bancos comerciais; e
7. Implementar a utilização na ABGF da apólice de garantia incondicional.



## Compatibilidade com OCDE

Elaborar diagnóstico sobre a compatibilidade do sistema brasileiro de financiamento e garantias às exportações com os instrumentos e políticas da OCDE.